

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

-----**FALTAS JUSTIFICADAS** – O Vereador Pedro Machado não esteve presente na reunião de Câmara, por motivos pessoais, tendo sido substituído pela Vereadora Elisabete Neto Pereira.-----

-----**Verificada a existência de “quórum” foi declarada aberta a reunião, pelas dez horas.**-----

-----**I. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**-----

-----**1-DIVISÃO FINANCEIRA**-----

-----**SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

----- **1 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2011** ---

-----O Presidente da Câmara informou que o documento que estava ali presente, foi desenhado com um conjunto de pressupostos que visam trazer sobretudo uma preocupação de harmonizar um Plano que praticamente reagrupa um conjunto de iniciativas que estão no terreno e que por si, de acordo com a contratualização que está feita a nível do Quadro Comunitário de Referência Estratégico a nível regional e a nível nacional, lhes transmite, desde logo, a preocupação de manterem esses compromissos essenciais e por outro lado projectar um conjunto um conjunto de Projectos estratégicos futuros definidores de uma visão futura do nosso concelho.-----

-----Diria claramente que elas estão hoje num conjunto quatro ópticas fundamentais:-----

-----Primeiro – a concretização e a conclusão de todo o investimento ligado ao saneamento, ou seja, ao tratamento de redes e ETAR'S que neste momento estão a decorrer e cuja 2.ª fase de aprovação vão ter que ser lançados em 2011/2012. É um pacote substancialmente elevado. Estava a falar de um total de doze milhões de euros de investimento, dos quais já uma parte foi efectuada este ano. Outra, de cerca de mais de 7,5 milhões serão apontados para 2011 e o remanescente para 2012.-----

-----Um outro conjunto de preocupações cuja intervenção também já está no terreno e noutros casos, irá ser completada, diz respeito ao ordenamento do território, à requalificação urbana e aos eixos de mobilidade que vão ser concretizados, nomeadamente naquilo que já hoje se vê na Carapinheira, naquilo que vai ser feito em Arazede, de ligações de mobilidade clara também aqui em Montemor e Pereira dentro daquilo que foi contratualizado e está espelhado no Saneamento Financeiro do Município.--

-----Completar esta parte sobretudo com a requalificação urbana dos centros urbanos mais nevralgicos do nosso Concelho. Depois um terceiro conjunto de preocupações ainda avultadas que dizem respeito à concretização final do Centro de Alto Rendimento e que neste momento cuja fase já de construção irá ter ainda uma expressão significativa em 2011 com cerca de 10 milhões dos 17 milhões que estavam inicialmente orçados, o que

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29***

significa que, praticamente cerca de 60% deste projecto todo ainda vai ter a sua concretização quer financeira, quer física durante o próximo ano e 2012. -----

-----Por último e ainda um conjunto de iniciativas que vêm ao encontro da preocupação manifestada pelas diferentes Juntas de Freguesia e também encontraram eco naquilo que é um conceito de interligação autárquico entre o mais elementar e o essencial.-----

-----Dentro desta forma e procurando claramente olhar para aquilo que era o contexto real das receitas da Câmara, como sabem, do ponto de vista da receita corrente, ela é estimável de acordo com aquilo que está garantido na receita auferida nos dois anos anteriores àquele a que diz respeito o orçamento do ano seguinte. O valor que é ajustado à receita corrente é obtido da média de Outubro a Outubro dos dois anos transactos. Portanto são valores que não podem ser adulterados e que têm ate ter um equilíbrio entre a receita corrente e a despesa corrente. Essa receita corrente prevista para este ano de 2011 não ultrapassará 11.800.000,00€, o que quer dizer que a despesa corrente terá de ser no máximo de igual montante.-----

-----Em relação às receitas de capital e àquilo que está neste momento acordado em contratos, em programas, em subvenções, no QREN, etc. todo esse montante numa leitura clara feita pelos próprios serviços atingiriam um valor muito próximo dos 34.000.000,00€. Aos 34.000.000,00€ de receitas claras que estão estimadas têm que somar quando forem visados os dois empréstimos que estão negociados e aprovados quer pelo executivo, quer pela Assembleia Municipal cerca de 3,2 milhões de euros. Recorda 2,7 para o Centro de Alto Rendimento e 500 mil para o Centro Educativo de Montemor, que neste momento só podem ser evocados para dentro do Plano de Actividades e Orçamento quando forem autorizados com o visto do Tribunal de Contas. Por outro lado como também já foi muitas vezes abordado este assunto e está em cima da mesa, discute-se hoje com o sistema multimunicipal das Águas do Mondego a adesão do nosso município a entidade. Em relação a isso as reuniões têm sido já agilizadas e que pressuporá uma circunstância de, aceitando nós os valores que lhe estão subjacentes à integração dos nossos equipamentos e das nossas estruturas não financiadas, está a falar em termos de saneamento, águas e retirando aquilo que foi a subvenção dos fundos comunitários, neste momento têm um levantamento já feito que lhes atribui algo muito próximo dos 17.000.000,00€ de investimentos já feitos e que estão em curso na alta e na baixa. Valores que podem vir a colmatar determinado tipo de ressarcimento financeiro da passagem da responsabilidade dessas operacionalizações de serviços de água, no sentido amplo, água tratada e água para consumo, que poderá oscilar em valores de razoabilidade que poderão atingir os

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

3.000.000,00€ a 6.000.000,00 numa primeira fase. Isto significa que neste momento não podem evocar estas verbas porque houve uma perspectiva de criarem um orçamento o mais realista possível. Aos 34 milhões de euros de receitas efectivas que estão agendadas, se juntarem os 6,2 milhões de euros, o orçamento não vai ultrapassar os 39,9 milhões de euros. Ou seja; uma quebra em relação ao actual de cerca de 12% que é actualmente 45,2 milhões de euros.-----

-----Isto para se perceber como é que foi construído o orçamento financeiramente. -----

-----Em termos da receita corrente, é imediato, 11,8 milhões que decorrem desses cálculos e que são médias de dois anos para trás. Depois na parte de capital, foram às subvenções e aos financiamentos que tinham e aos projectos que estavam garantidos, calcularam e para esse plafond, somaram estes dois cenários (empréstimos e integração no sistema), com a condição de neste momento eles não podem aparecer por esta forma, têm de aparecer como venda patrimonial, dado que depois serão accionados os mecanismos de revisão e ajustarão estas questões a esta matéria. -----

-----Disse ainda que houve uma preocupação muito clara da parte do executivo de atender a um conjunto de circunstâncias que a partir do próximo ano, serão objectivos de avaliação de desempenho dos dirigentes, dos funcionários e ao mesmo tempo e claramente dos políticos. Há um conjunto de reduções de despesas correntes sobretudo em áreas onde claramente não há um aproveitamento adequado de determinado tipo de despesas, nomeadamente: -----

-----Redução do trabalho extraordinário, que claramente a partir da altura que foram criados sistemas de turnos, e não é só nas águas, é na piscina, no pavilhão, não terá lógica de se manter montantes tão elevados.-----

-----Questões de comunicações e telefones – sobretudo reduzirem o número de postos telefónicos. Neste momento estão a fazer um rastreio de todas as facturas na área dos telemóveis, dos telefones fixos, etc., onde já foram feitos cortes significativos, mas têm de fazer mais.-----

-----Questão de iluminação pública em áreas que já encetaram reunião com a EDP. Neste momento há zonas do concelho e ia dar dois exemplos muito claros e que não levantam dúvidas: A E.N. 111 entre Montemor e as Meãs, toda a iluminação a partir da meia-noite, uma da manhã não se justifica; o Parque Industrial de Montemor com toda aquela iluminação também não; Zonas de afectação de percursos, que não são prioritários; Iluminação de igrejas a partir da meia-noite, etc.. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29***

-----Não haja a leitura de que estão a pôr em causa a segurança das pessoas. O que estão é a pôr em causa o "esbanjamento" em determinado tipo de excedentes. Nesta questão a própria EDP vai trazer para uma reunião que têm agendado para breve, uma leitura da facturação mais evidente e nalguns casos, há questões de ligação a essa rede pública que vai ter que ser questionada.-----

-----Outra área onde claramente vão haver cortes significativos da despesa corrente, dizem respeito à manutenção de um conjunto de eventos, cuja repercussão em termos globais não têm nada de valor acrescentado para aquilo que conseguiram adquirir de uma imagem ligada à cultura e à projecção da capacidade do município para com toda a sua parceria associativa ter um desempenho que qualificarão e continuarão a qualificar de média/alta.-----

-----Algumas destas coisas são todas inseridas no que vai ser o sistema de modernização e adaptabilidade, como é o caso do simplex. -----

-----Questões de fotocópias e de papéis até entre eles políticos, há tanto papel, tanta fotocópia, vão ter que ser reduzidos.-----

-----Questão de redução de gastos de combustíveis, e salários mais reduzidos – todos sabem que vai haver cortes, tem que aplicar o que está previsto no PEC.-----

-----Queria também chamar à atenção que tudo isto vai ser mais facilitado no próximo ano, porque e isso é uma matéria importantíssima, vão finalmente introduzir a contabilidade de custos e os respectivos centros de custos dentro desta modernização, o que vai trazer uma facilidade mais operacional de verificarem o contexto da despesa. Dava dois ou três exemplos: hoje o sistema de armazenagem de determinado tipo de bens para determinado tipo de serviço, seja para equipamento de viaturas, seja para utilização em sistemas de apoio por exemplo às águas ou a determinada área de fornecimento de materiais como sejam os tout-venants, as massas asfálticas, etc., passarão a ser muito mais e melhor controladas do ponto de vista da sua aplicação para o projecto ou serviço A, B, ou C. -----

-----Portanto isso irá também melhorar num sistema que a própria reestruturação orgânica chama a atenção, ou seja, num sistema de compras mais agilizado e mais adequado. -----

-----O reajustamento nos apoios ao associativismo – as questões mais claras e que vão ser vistas nas verbas que estão apenas às próprias propostas de transferências correntes e de capital para o associativismo não tocam claramente em reduções drásticas ao associativismo, o que vão é elencar três prioridades essenciais: -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29***

-----Primeiro – com capacidade e com transparência, verificar a diferenciação positiva que este mesmo associativismo tem no Concelho. Quer dizer com isto que há hoje estruturas que não podem nem devem se prejudicadas porque têm uma capacidade de intervenção em áreas culturais, sociais e desportivas inquestionáveis. Não podem contudo continuar a financiar refeições ou viagens. Não podem continuar a financiar saídas do autocarro da Câmara ao final da semana com pagamentos integrais feitos pelo município. -----

-----Nessa matéria tem de haver uma conta corrente entre o deve e o haver desse mesmo associativismo. Recebe para apoios e paga aquilo que tem que utilizar. -----

-----E dentro de outra clareza – é importante apoiarem a cultura. Mas determinado tipo de manifestações culturais que possuam por exemplo levar a visitas, passeios que são financiados, isso é secundário. -----

-----Dentro dessa matéria estão a acabar a revisão do regulamento que será presente a uma próxima reunião para análise e esse regulamento não vai ter alteração nenhuma àquilo que é o seu dispositivo. Vai sim, é suspender algumas das alíneas de apoio que são exemplos daquilo que acabou agora de dizer e que no final do ano, acabam por repercutir por exemplo outros significativos aumentos de custos desnecessários. Um exemplo muito claro na área desportiva – o financiamento ao número de elementos federados. Uma equipa de futebol hoje, no máximo deverá ter 23 atletas. A Câmara Municipal no seu regulamento financia o número de inscrições. Passa a ser fixado um valor “X” por modalidade e por intervenção. -----

-----A outra nota e que manifestamente vai ter que ter repercussões políticas externas é que o executivo ter a capacidade de dizer ou dá para a formação e dá para o rendimento, sem que este rendimento prejudique o que é o associativismo. Porque uma grande parte dos financiamentos que estão a dar nalgumas modalidades deste Concelho, os nossos Clubes e as nossas Associações, são meros transferidores do financiamento recebido do município para as associações distritais e federações que “comem” integralmente esses mesmos componentes financeiros. Isso não é desenvolver desportiva e culturalmente o nosso Concelho. E se o fazem com o replico de que devem estar próximo das populações mais essenciais, dos jovens, etc., tem que se ter o arrojo de dizer que isto tem que chegar ao fim. Porque estar a dar 5.000,00€ no mínimo para inscrição de uma equipa de futebol, cuja verba vai integralmente para uma associação de futebol de Coimbra, isto não é ajudar o desporto do nosso concelho. -----

-----Estas matérias que sejam bem claras e que mesmo quando vierem a discutir o regulamento do associativismo e as suspensões de algumas destas normas, vão

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

fundamentalmente retirar a “gordura” mas manter o “músculo”. Isto é; o associativismo vai continuar a ter um grande apoio, mas deve tê-lo para aquilo que é essencial e por outro lado, procurar estabelecer autonomia no auferir de receitas próprias, que muitas vezes são esquecidas. Têm sido alimentados de uma forma facilitada o que depreende, do seu ponto de vista, da necessidade de criarem outras soluções, outros mecanismos.-----

-----Do ponto de vista ainda destas reduções, existe uma leitura mais interna, dos próprios funcionamentos das diferentes áreas de intervenção da Câmara. Que fique bem ciente que é internamente que vão procurar reduzir despesas.-----

-----Em relação às receitas, vão actualizar no próximo ano o tarifário e preços, de acordo com aquilo que venha a ser discutido e encontrado com razoabilidade. Por outro lado, a questão dos serviços de apoio aos transportes, que evocou, vão ter que ser redefinidos.-----

-----Questões que não vão ser rigorosamente mexidas e sobre as quais vão estar muito atentos: questões de um pacote social, onde o funcionamento do GIP (Gabinete de Inserção Profissional), que a Câmara lançou, vai-se manter e está reforçado com mais uma pessoa; a questão dos CEI's (Contratos de Emprego e Inserção), as questões relacionadas com os auxílios económicos aos desfavorecidos vai manter-se e aumentar; questões das Bolsas de Estudo de nível social, cultural ou de mérito, os cabazes de apoio, das férias para a infância (pré-escolar, ATL na praia); questões relacionadas com a alimentação, transferências e transportes e também os apoios às IPSS's não serão “beliscadas”; as questões dos estágios (não se referia apenas a pessoas qualificadas, em termos de licenciaturas, está a falar de pessoas que melhoram as suas habilitações, que têm idades muito delicadas, entre os 35 e os 45 anos e que a Câmara está a dar oportunidades claras para poderem vir a integrar-se no mercado de trabalho); componentes de apoio à família; questões ligadas à CPCJ; Projecto Luta Contra a Violência Doméstica; lanches do Pré-Escolar; Projectos contra o desperdício alimentar, cartão de voluntário e social são iniciativas que vão estar claramente neste pacote social. Trata-se de uma área muito delicada e que pensa que no próximo ano terão que ter muita atenção, porque vão ter pela frente grandes e evidentes riscos de pobreza, grandes e evidentes riscos de desemprego, grandes e evidentes riscos de preocupação social nestas matérias.-----

-----Fez este preâmbulo para que, conforme passem pelas Grandes Opções do Plano, este documento vai-se dividir em duas partes: aquilo que é o PPI (Plano Plurianual de Investimento) e as AMR's (Actividades Mais Relevantes). Uma diz respeito aos investimentos, a outra vai para o nível do funcionamento.-----

-----Passaria então aos projectos em si:-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

-----Na Administração Geral, os valores indicados dizem respeito fundamentalmente às questões de funcionalidade da Administração do próprio município. A Administração Geral e a Protecção Civil são aspectos que dizem respeito a uma administração muito mais responsável.-----

-----Encontra, ali as transferências para as Juntas de Freguesia, cujo montante decorreu da negociação que tiveram com os diferentes Presidentes de Junta. Neste momento, tinham a terceira prestação deste ano praticamente paga a todas as Juntas de Freguesia. Está acordado que a quarta tranche deste ano integre o Plano do próximo ano, mais uma tranche e compensar aquilo que foi retirado do Orçamento de Estado às próprias Juntas de Freguesia, que foi cerca de 10%. Os valores globais ajustar-se-ão, assim em 2011 aos valores efectivos de 2010.-----

-----Em relação às despesas, em comparação com o Orçamento do ano passado, retiraram algumas das despesas internas mais secundárias.-----

-----No que diz respeito à Protecção Civil, mantinham o Plano Municipal de Intervenção Florestal, a questão da Carta de Risco, questões relacionadas com as transferências para os Bombeiros Voluntários. Os Sapadores Florestais manter-se-ão, com uma visão que vai ser equacionada, do ponto de vista da receita. São estes agentes que têm feito um trabalho excelente, nestes meses, que vão ser também fontes de receita, dado que vão trabalhar junto de áreas importantes de salvaguarda da protecção e segurança, mas que ao mesmo tempo cometia aos privados fazê-lo. Não sendo os privados a fazê-lo estes terão que pagar. Referia-se nomeadamente a limpeza de matas e de outros espaços privados, que devia ser feita pelos proprietários. Se a Câmara vai realizar essas tarefas cobram por esse serviço.-----

-----Só para os Bombeiros vão ser transferidos 78.000€.-----

-----Na Educação, fundamentalmente uma óptica: acabar o pagamento do Centro Educativo de Montemor e abrir, desde já, os Projectos para os Centros Educativos de Carapinheira e Ar azede. Preparar igualmente a construção do Pré-Escolar de Pereira, o Pré-escolar da Meãs e o Pré-Escolar de Santo Varão. Conforme podem observar, estas decorrem de candidaturas a serem apresentadas. Relativamente ao Pré-escolar de Pereira existe uma discussão com a Direcção Regional de Educação para saberem até que ponto a Parque Escolar desviará algum investimento para Pereira, que estava previsto para Montemor, no que dizia respeito a toda a escola E.B.2,3 Jorge de Montemor e, ao mesmo tempo, criar internamente, dentro do perímetro daquela escola, a infraestrutura do Pré-Escolar ou se mantêm os terrenos propriedade da Câmara e que destinariam a este projecto no exterior da E.B.1. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

----- Conservação e Reparação de Escolas: neste momento as escolas prioritárias são Formoselha, Seixo e Tojeiro.-----

----- As transferências dizem respeito sobretudo aos auxílios aos agrupamentos para a manutenção de material didáctico. -----

----- Relativamente aos Serviços Auxiliares de Ensino: os auxílios económicos ao 1.º Ciclo, as Bolsas de Estudo, a alimentação escolar e os transportes escolares. Estes valores são reais e dizem respeito a cerca de 1.000.000,00€.-----

-----No que diz respeito aos Serviços Individuais de Saúde, neste momento têm consciência de que as competências atribuídas às Câmaras Municipais, nesta área, ainda se mantêm muito insípidas. De qualquer forma e do relacionamento que tem tido quer com a ARS, quer com o ACE do Baixo Mondego, considera que existem duas preocupações grandes que deviam ficar preparadas para o caso de haver financiamentos, a Câmara poder avançar imediatamente. A questão da Unidade de Cuidados Primários de Saúde, que ligasse Santo Varão e Pereira, dado que, e antevendo claramente que hoje, Pereira e Santo Varão, com o crescimento demográfico que tem, necessita da criação de um espaço e ao mesmo tempo de um equipamento de dotação de recursos humanos, de potencial médico e paramédico, etc.-----

-----Mantendo a intransigência de estar contra o encerramento de qualquer extensão, desde que não seja dada salvaguarda de melhoria qualitativa de médicos e de serviços adequados, apenas pensa que na região de Tentúgal e devido ao problema existente entre Portela e Tentúgal, que devia, desde já, preparar uma intervenção dentro desta matéria. ----

-----Para o Centro de Acolhimento Social também foi dotado um projecto para requalificar uma das escolas do 1.º Ciclo que irão encerrar (Reveles, Abrunheira ou Meco) para fazer este centro. O concelho debate-se com problemas de violência doméstica, entre outros problemas. Existe por isso um empenhamento em criar condições para requalificar um destes estabelecimentos, para ser um local de acolhimento, em caso de emergência, de catástrofe ou de sinistro, de violência ou de uma circunstância que se prenda com a salvaguarda de pessoas em condições excepcionais. Pensa que um projecto destes não é muito caro, e por outro lado salvaguardaria questões essenciais, dentro daquilo que hoje começa a ser denotado como uma emergência plausível em qualquer circunstância.-----

-----As Bolsas de Estudo Sociais e as transferências para o associativismo, IPSS's manter-se-ão de acordo com a agenda social concelhia. -----

-----No capítulo da habitação, definitivamente, teriam que olhar para o imobiliário, e existem três ou quatro preocupações, que teriam de ultrapassar, por muitos

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

constrangimentos que possam vir a demonstrar: um deles é o edifício antigo da GNR e o outro é o Solar dos Pinas. -----

-----Neste momento, o município de Montemor, em termos da sua autarquia tem um quadro de técnicos nas áreas de engenharia e arquitectura suficientemente dilatado e capaz tecnicamente para desenvolver um conjunto de projectos. Existem muitos projectos ao longo deste Plano e muitos deles irão ser feitos internamente e nalguns casos, quando for necessário, irão recorrer a serviços técnicos especializados nas áreas de electricidade. Já tinha chamado a atenção que deviam privilegiar a eventuais estagiários ou contratos, para alguém que nessa área técnica pudesse completar as equipas que já têm. -----

-----Relativamente ao Solar dos Pinas, a Câmara irá recuperar o Pórtico. -----

-----Existe também um conjunto de despesas com o edifício dos Paços do Concelho, nomeadamente a criação da acessibilidade a pessoas com problemas de locomoção. Já existe um estudo desse projecto e que se traduz na abertura da janela ao fundo do corredor do Departamento de Ordenamento do Território. Será igualmente criado um elevador externo. De resto é fazer projecto e deixar para o futuro para recuperar esta "casa". Neste momento não existem candidaturas para este fim. Estas adaptações são fulcrais porque este edifício é do século XIX e estamos no século XXI. -----

-----Referia agora um assunto muito importante e significativo: as antigas escolas que acabaram de ser desafectadas (em Montemor) por parte do município, com a entrada do Centro Educativo de Montemor, merecerá neste momento um projecto que deverá ser desenhado no próximo ano, que possa abarcar duas ou três análises muito concretas: criar um centro multicultural municipal, devido à sua óptima localização e a uma falha que têm em termos de oferta de espaços; questões de potenciar ali a recepção de entidades externas. -----

-----No que diz respeito à E.B. 1 de Gatões, esta vai ser cedida à Junta de Freguesia de Gatões e ao tecido associativo; a escola de Ereira destina-se igualmente à Junta de Freguesia e ao associativismo; a escola de Verride será cedida à Cruz Vermelha de Verride. Será a Câmara Municipal a desenvolver o projecto da escola de Gatões, porque houve uma candidatura de financiamento por parte da estrutura associativa. -----

-----No Ordenamento do Território, teriam despesas com a Cartografia e com o Plano Director Municipal que se mantém em revisão. -----

-----Mais disse, teriam ainda os projectos das piscinas de Pereira, da Carapinheira e a de Arazede. Iriam igualmente apoiar, no que diz respeito aos Polidesportivos, a construção dos balneários do Campo de Jogos de Liceia e do Campo de Jogos de Vila Nova da Barca. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

-----Estava ainda prevista a construção de dois campos sintéticos em Pereira e Montemor. O de Montemor decorre da discussão tida na Assembleia Municipal. Caso se proceda à venda do campo de futebol, será construído um novo no largo da feira. Para Pereira estão a tentar que seja atribuída uma hipótese, por via do IDP, no próximo ano.-----

-----Passando às funções económicas, indústria e energia, fundamentalmente o que ali se encontra diz respeito ao Pólo Logístico e Industrial de Arazede, cujo concurso está fechado e se vai iniciar a obra.-----

-----O Parque de Ciência de Montemor em Energia (MOR-ENERGY) tem verbas definidas, dado que está aprovado pelo Quadro Comunitário. Durante o próximo ano teriam que apresentar a candidatura, cujos projectos estão a ser feitos pelo Arquitecto Miguel Figueira e a sua equipa. Depois de aprovado, terá que ser executado a partir de 2012. As verbas ali indicadas respeitam a equipamentos e construção, e que vai ser financiada a 80%.-----

-----No que diz respeito a equipamento para a produção racional de energia, tinham neste momento três candidaturas a decorrer: para a piscina municipal, para o pavilhão municipal e para o parque de negócios, para painéis solares.-----

-----Os sistemas de transporte (estradas) tinham a parte de equipamento operacional, a sinalização rodoviária, toponímica e turística, e um conjunto de intervenções nas conservações e reparações de estradas e arruamentos. Na E.N 341, do km 17 até ao km 25 terá início um projecto, para os anos seguintes, para correcção das curvas desde a Abrunheira até a Verride. Está também prevista uma intervenção de Quinhendros até ao limite do concelho, em Santana.-----

-----Estão igualmente dotados os abrigos para os passageiros, a estrada do Traveiro em Pereira.-----

-----O INAG entrou em contacto com a Câmara Municipal e colocou a hipótese de estudar todos os troços no concelho de Montemor, que são da sua responsabilidade, para uma eventual entrega destes ao município, nomeadamente o trajecto da Ponte de Formoselha/Ponte do Apeadeiro de Montemor.-----

-----Em relação à E.N. 341 do km 30 ao km 37, na zona de Pereira, mais uma vez colocou verba para que se o Município de Coimbra proceder à recuperação da Ponte do Paço, já fica com dotação para poder fazer as obras necessárias.-----

-----A variante de Verride/Abrunheira – ligação à A17, que também remeteu ao INAG; Ponte de Verride até Reveles, pela margem esquerda; estrada de Tentúgal/Ramalhão; variante à vila da Carapinheira; passagem superior na linha do Norte em Liceia; passagens pedonais que já se encontram adjudicadas em Formoselha e Santo Varão; ligação de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

Arazede a Cantanhede, da zona dos Pelichos até à Sanguinheira; intervenção da E.N. 101 (rotunda das Meãs e a rotunda em Tentúgal).-----

-----Um outro conjunto de intervenções do lado do INAG: ponte de Pereira ao limite do Concelho; ponte de Formoselha à ponte de Pereira; ponte de Verride ao Marujal; ponte de Verride ao limite do concelho. -----

-----Outras obras dizem respeito ao Caminho Municipal de Gatões/Santana e o Pontão da Lavariz. -----

-----Enquanto não tiver a variante entre a ponte de Formoselha e a ponte das Lavadeiras, o que demorará cerca de ano e meio, tem que reforçar esta ponte, dado que aquele pontão não aguenta. -----

-----A Pousada da Juventude, a Rede de Castelos e Muralhas Medievais e a Rede das Economias Criativas que só têm projectos, dado que esta é a obrigação da Câmara para o ano de 2011 e a sua construção é para 2012/2013.-----

-----Participações em diferentes projectos, que são do conhecimento do executivo, nomeadamente o CentroLogis, o Cantata, PROMAR, CIM do Baixo Mondego, a MOR-ENRGY. Relativamente ao valor das verbas para a Rede de Muralhas e Castelos e para a Criatividade, o valor apontado diz respeito ao seguinte: nestes projectos existem alguns que são comuns e por isso foi criada uma associação que liga todos os municípios que se encontram nesses projectos: Montemor-o-Novo, Montemor-o-Velho, Óbidos, Guimarães, Tondela e Seia. Esta associação gere os projectos comuns e este valor diz respeito à comparticipação da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, dado que esta vai buscar determinados valores, mas existe uma comparticipação que é assegurada pela Câmara (20%). - -----

-----Este Orçamento tem um corte de cerca de 12%, mantém a estrutura da obras que estão em curso, pretende fazer um grande investimento em projectos, prepará-los e sobretudo, continuar com as obras que têm que ser levadas a efeito, nomeadamente do PLIA, os esgotos, terminar o CAR e desenvolver as obras de requalificação que se encontram no acordo da contratualização. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011 fossem de agendadas para a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, que se realizará no próximo dia 06 de Dezembro.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

-----**SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS** -----

----- **1 – TABELA DE PREÇOS E TARIFAS DO MUNICÍPIO DE** -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

MONTEMOR-O-VELHO

-----Dado ter sido considerado insuficientes os elementos disponíveis, o executivo decidiu transferir a entrega deste documento para as próximas reuniões de Câmara do dia 06 ou dia 20 do corrente mês de Dezembro.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade que este assunto fosse agendado de novo para ser discutido numa próxima reunião.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

2 – TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL

– PROPOSTA DE REGULAMENTO

-----O Presidente da Câmara informou que tal como o assunto anterior, este será também visto e discutido posteriormente, mas fundamentalmente queria deixar uma preocupação que é bem clara:-----

-----Vão ter que equilibrar, por um lado, a efectiva subida da despesa do agregado familiar por vicissitudes várias, que são directamente imputadas às questões decorrentes do próximo ano, mas também que são decorrentes de algumas actualizações que o próprio município terá que fazer nalguma prestação de serviços, nomeadamente a questão da água, do saneamento, etc., com aquilo que é uma preocupação cada vez mais premente que diz respeito a um serviço de Protecção Civil Municipal mais atento, mais oportuno e sobretudo mais eficaz.-----

-----Nessa matéria, e tendo essa experiência, mitiga de uma forma clara que o Serviço Municipal de Protecção Civil só é ou será melhor, no que diz respeito a eficiência, se tiver uma operacionalidade de um agente prioritário que se chama “bombeiros voluntários”.-----

-----Todos sabem as circunstâncias por que hoje passa precisamente esta estrutura. Dois modelos, que são cada vez mais complementares, mas cuja implementação do terreno é delicada, resultam do que é o voluntariado e o profissionalismo. Por outro lado a necessidade de se ter modernização de equipamentos, modernização de competências, modernização e adaptação de potencial humano são factores cada vez mais prementes. Nesta matéria a autarquia não pode nem deve, do seu ponto de vista, manter uma situação de esquecimento destas prerrogativas e omissão e ao mesmo tempo até de decisão política sobre que modelo quererá mais apoiado.-----

-----Isso significará também que, condições de operacionalidade e de funcionalidade da Protecção Civil neste sentido amplo, terão que ser muito bem ponderadas quer na estrutura interna do município, quer na sua ligação a estes agentes interventivos fundamentais e fulcrais que digam respeito à Protecção Civil – Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29***

-----Num estudo muito sumário que se poderia fazer sobre a fundamentação de uma aplicação de uma taxa desta incidência e que pudesse ser conexas com aquilo que é hoje o tarifário de água, por exemplo e se estudassem a aplicação que fosse da concretização de pagamento por parte da cidadania dos 10.600 fogos que hoje são servidos de água pública pelo município e em valores variáveis que poderiam ir de 0,75€ a 1 € por mês, recolheriam algo entre os 100.000,00€ e os 125.000,00€ que não é mais do que criar um financiamento ou uma estrutura de suporte a estas estruturas e seu financiamento.-----

-----Se se verificar nos últimos anos, as transferências para os Bombeiros têm andado sempre na casa dos 75.000,00€ aos 130.000,00€, o que significa que para além do esforço próprio, no que diz respeito à estrutura interna do Serviço Municipal de Protecção Civil, à nova forma de intervenção com os Sapadores Florestais e com o pagamento que fazem aos EIP'S dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, estes valores começam a ser liminarmente insuficientes, para aquilo que no confronto diário muitas vezes a própria estrutura associativa dos Bombeiros necessita. Referia-se nomeadamente à modernização dos seus equipamentos para o combate ao fogo florestal, para a prevenção no combate ao fogo urbano, na criação de apoios ou transporte à mobilização da sinistralidade, nomeadamente ambulâncias, estando a falar num conjunto de circunstâncias que claramente são muito delicadas e que deveriam ter alguma ponderação de leitura por parte do executivo municipal.-----

-----Abre assim este ponto, não para haver hoje uma decisão. Muito possivelmente poderão vir a discutir o assunto até ao final do ano e depois ver a oportunidade, a fundamentação, a especificação do seu numerário, para poder atender a estes dois desideratos: maior eficiência e eficácia no desempenho desta missão, mas ao mesmo tempo também uma atenção muito específica naquilo que é "a carteira dos munícipes" que poderá vir a ser "alvejada", nesta situação que pretendem colmatar.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo o seguinte:-----

-----Em primeiro lugar não tinham qualquer elemento para iniciarem um trabalho conjunto entre os dois Vereadores do Partido Socialista, como também entendem que a criação de uma nova taxa implica a auscultação de todo um conjunto de pessoas ligadas aos órgãos municipais (Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia) e do seu ponto de vista político tem a sua opinião pessoal e não a vai manifestar. Reservarão a posição para mais tarde, em função dessa discussão.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

-----Ele próprio irá promover uma discussão do assunto junto dessas pessoas que têm interesse em discutir este assunto e poderão eventualmente gerar ou não o tal consenso que o Presidente da Câmara reclama para esta situação.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade que este assunto fosse agendado de novo para ser discutido na próxima reunião da Câmara Municipal do dia 06 de Dezembro. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS-----

----- SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS -----

----- 1 - PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO E DELEGAÇÃO DE-----

----- COMPETÊNCIAS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE -----

----- MONTEMOR-O-VELHO E AS JUNTAS DE FREGUESIA DO-----

----- CONCELHO -----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento dos Protocolos de Colaboração e Delegação de Competência entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e as Juntas de Freguesia, a fim de ser discutido e aprovado na próxima reunião da Câmara Municipal do dia 06 de Dezembro.-----

-----O documento teve algumas alterações, as quais se prendem com a agilização dessas mesmas competências versus afectação financeira que lhes é adstrita e por outro lado manter este binómio relacionamento entre autarquia/município e as diferentes Juntas de Freguesia, dando-lhes capacidade evidente e proporcional aos meios que neste momento são disponíveis para a concretização de um conjunto de competências, que com maior facilidade e um maior empenho e até maior rentabilidade essas próprias Juntas de Freguesia têm capacidade de fazer. -----

-----O documento pode ainda recolher contributos que se achem necessários e será votado na próxima reunião da Câmara Municipal do dia 6 de Dezembro. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que este assunto seja de novo presente na próxima reunião da Câmara Municipal para discussão e aprovação.---

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1 - ESTUDO PARA REDEFINIÇÃO DA ESTRUTURA-----

----- ORGANIZACIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE -----

----- MONTEMOR-O-VELHO-----

-----Na sequência da reunião da Câmara Municipal de 22 do corrente mês, foi de novo presente o Estudo para Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29***

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que iriam votar favoravelmente, mas gostaria de fazer uma declaração de voto em nome da bancada do Partido Socialista.

-----"Dão como reproduzidas as nossas declarações em reunião de Câmara anterior, fazem parte integrante desta nossa declaração de voto e só queríamos fazer a declaração de voto pelo seguinte: aquilo que estamos a aprovar é um modelo teórico, um modelo conceptual, não uma qualquer imputação de recursos humanos, não qualquer mapa de pessoal, nessa perspectiva voltamos a reafirmar que há algo a fazer no cumprimento daquilo que é estipulado pelo Decreto-Lei nº. 305/2009 e que aliás é salientado no próprio relatório que estão agora a apreciar que diz respeito à racionalização dos meios, à adopção de medidas que assegurem a optimização e rentabilização dos recursos públicos com o adequado equilíbrio da relação custo/benefício, da eficiência na afectação de recursos públicos de satisfazer as necessidades públicas despendendo de um mínimo de esforço de tempo de utilização de recursos. -----

-----Nesta perspectiva fizemos a intervenção na reunião de Câmara anterior no sentido de continuar a aproveitar esta equipa de trabalho para promover o cumprimento destes objectivos ou destas novas exigências deste Decreto-Lei. -----

-----Feito este esclarecimento ao nosso sentido de voto, mais uma vez reafirmamos o nosso elogio ao trabalho efectuado pela Faculdade de Economia de Coimbra".-----

-----Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que pretendia dizer duas ou três notas: uma delas terá resposta no Plano de Actividades e Orçamento para cada um dos anos, porque agora é obrigatório que esteja apenso a esse Plano e às dotações orçamentais do Quadro de Pessoal que é adstrito. Naquilo que se perspectiva para o próximo ano, claramente e já antecipando não há antecipações substanciais, bem pelo contrário, aquilo que vai haver é manutenção duma estrutura funcional que em termos quantitativos decorre do presente ano, havendo algumas redefinições por aposentações de funcionários e por redução de custos que vão ter que ser reajustados quer por motivos decorrentes do próprio PEC, quer também de reajustamento de reduções de encargos com pessoal dentro da estrutura orgânica municipal. -----

-----Por outro lado, e para complemento, dizer também que esta reestruturação alivia fundamentalmente a carga hierarquizada e funcional aquilo que é a competência técnica e a competência política e pensa que por outro lado vem agilizar sobretudo algo que ficou bem definido naquilo que foi o enquadramento deste projecto. Uma facilitação e modernização administrativa, com o enfoque a um relacionamento entre utente/município e estrutura de serviços que possa rentabilizar toda a oferta e prestação de serviços que o

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

município faz quer nas áreas dos investimentos público, quer na área da intervenção acção social, cultural desportiva ou mesmo nas áreas do ordenamento e também do licenciamento de obras quer públicas, quer particulares.-----

-----Por isso, congratula-se também com esta decisão esperando que a partir de agora os serviços agilizem a remessa, para já, para a Assembleia Municipal e depois a consequência ainda este ano de alguns concursos inerentes àquelas unidades de projectos e às estruturação de chefias que são liminarmente necessárias após a aprovação desta estrutura. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Estudo para Redefinição da Estrutura Organizacional da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.-

-----Mais deliberou submeter este assunto à Assembleia Municipal para aprovação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos. -----

----- II – DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- 1 - CICLOVIA DO MONDEGO – TROÇO CASAL NOVO DO -----

----- RIO/EREIRA-----

-----Foi presente o processo referente ao Estudo Prévio da CICLOVIA MONDEGO – Sector Montemor-o-Velho, no troço Casal Novo do Rio/Ereira.-----

-----Do referido processo consta a informação DOT nº 347/2010, a qual refere que em virtude de o traçado daquele Estudo estar abrangido pelas restrições de utilidade pública, nomeadamente da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, torna-se imprescindível que a Câmara Municipal delibere sobre o relevante interesse público da proposta, e ainda que declare a inexistência de localização alternativa em áreas não integradas na REN. -----

-----Neste contexto e para efeitos de instrução dos pedidos de desafecção junto das Entidades Competentes é proposto que o Executivo Municipal delibere nos termos propostos e que o processo seja reencaminhado à Assembleia Municipal para emissão de declaração nos mesmos moldes. -----

-----Usou da palavra o Presidente da Câmara dizendo que este documento foi presente em reunião de câmara para merecer e reconhecer, da parte do executivo, a declaração de reconhecimento de interesse público (RIP). De acordo com as propostas que estão em cima da mesa, no próximo dia 2 de Dezembro, irá ter a oportunidade de ter uma reunião com a Presidente da ARH Centro de discutir alguns projectos que se prendem com a recuperação do Leito Padre Estêvão Cabral e com a continuidade da Ciclovia do Mondego, no caso concreto isso só diz respeito a Montemor, a concretização da realização do Projecto entre o Casal Novo do Rio e o extremo da zona da Ereira com ligação à Figueira

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

da Foz, ficando da responsabilidade desse município essa ligação e a montante será criado outro trabalho posterior para fazer a ligação entre o Centro de Alto Rendimento e o limite do concelho na zona de Pereira, confluência com Coimbra. -----

-----No que diz respeito a esta parte e como foi fixada a continuidade da ciclovia pela margem direita do Leito do Padre Estêvão Cabral até à Ereira, necessitam que esta declaração de reconhecido interesse público seja manifestada para poderem vir a agilizar quer com as estruturas responsáveis da RAN, quer da REN, a passagem deste troço naquilo que compreende a parte territorial de Montemor desta ciclovia.-----

-----O documento que foi entregue enfoca estas particularidades e aquilo que requer e que lhe parece que é pacífico é que esta declaração seja dada pelo município para poder recolher maior "facilidade" para aprovação dos percursos que lhe parece mais adequados.-

-----O Vereador Emílio Torrão apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----"Reputamos a Ciclovia do Mondego de grande importância, mas não deixamos de lamentar que alguns dos concelhos vizinhos não tenham ainda feito o trabalho nesta área, porque efectivamente Montemor vai à frente neste Projecto. Lamenta que este Projecto não tenha o acompanhamento devido dos Concelhos vizinhos".-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade declarar o relevante interesse público (RIP) da obra a levar a efeito pelos motivos apontados na informação DOT nº 347/2010, que consta como documento anexo à presente acta sob o número um.-----

-----Mais deliberou por unanimidade submeter o assunto à Assembleia Municipal. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

-----III – DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS-----

-----1 – DIVISÃO DE EQUIPAMENTOS E EDIFÍCIOS -----

----- 1 – INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO DE-----

----- **MONTEMOR-O-VELHO: AV. DOS BOMBEIROS (LARGO DA-----**

----- **SR.º DO DESTERRO ATÉ À ROTUNDA DO TRIBUNAL) -----**

----- **- PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO -----**

----- **DEFINITIVO -----**

-----Foi presente uma informação dos serviços acompanhada do Plano de Trabalhos, e Cronograma Financeiro definitivos, apresentados pelo empreiteiro adjudicatário da obra em epígrafe, referindo que a obra recomeçou no passado dia 4 do corrente mês e que não há qualquer inconveniente na sua aprovação.-----

-----Um – A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro definitivos. -----

-----Esta deliberação foi aprovada e minuta para produzir efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

----- VI – DIVISÃO DE APOIO ESPECIALIZADO -----

----- 1 – PROT-C – DISCUSSÃO PÚBLICA -----

----- – TOMADA DE POSIÇÃO DO MUNICÍPIO -----

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento de uma informação dos Serviços, que a seguir se transcreve:-----

-----“Estando em fase de discussão pública o processo do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT – Centro), e analisadas as principais questões que poderão por em causa a sua entrada em vigor, será oportuno apresentar os seguintes considerandos: -----

-----**1. Adaptação do Plano Director Municipal (PDM)** – A entrada em vigor do PROT – Centro obriga, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, que os PDM sejam objecto de alteração, por adaptação, no prazo de 90 dias, para que estes se adaptem às directrizes desse mesmo PROT. O processo de revisão do PDM de Montemor-o-Velho encontra-se em situação de reformulação por motivo de entrada em vigor de nova legislação, sendo de salientar as novas lei da RAN e da REN, agora acrescida de novas directrizes impostas pelo próprio PROT. Por esta razão considera-se este prazo completamente desadequado, a menos que se encontre uma solução desburocratizada e célere que permita a sua adaptação. Acresce que o processo de acompanhamento legalmente previsto obriga a consulta de diversos sectores da administração pública central e regional, havendo neste momento interesses já concertados que deverão ser salvaguardados. -----

-----**2. Edificabilidade em espaço rural e criação de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT)** – Relativamente à determinação do PROT no que se refere à edificação em espaço rural, que obriga a que apenas seja permitida construção em parcelas agrícolas com área superior a 4 ha, consideramos este valor completamente desajustado da realidade do território da Região Centro. Somos de opinião que o valor da área mínima da parcela nunca poderá ser superior a 2 ha. Esta questão tem sido insistentemente apresentada à equipa coordenadora sem que até à data se tenha conseguido qualquer resultado, alegando que este valor foi imposto a nível de todo o território do continente. A mesma questão se põe sobre a criação de Núcleos de Desenvolvimento Turístico em que apenas são permitidos para áreas superiores a 50 ha. Considera-se que esta dimensão é excessiva, deixando de fora diversos projectos muito importantes para a Região Centro. Ainda no que respeita à edificabilidade nos denominados Corredores Ecológicos de protecção a reservas naturais, como são o Paul de Arzila e o Paul do Taipal, consideramos que estão desajustados da

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

realidade actual dos aglomerados urbanos adjacentes, pelo que deverão ser objecto de análise e concertação com a autarquia.-----

-----**3. Variantes à EN341/EN347 e acesso à A17** – No que respeita a infra-estruturas rodoviárias, uma das reivindicações da Autarquia de Montemor-o-Velho, continua a ser o eixo de ligação pela margem esquerda do Mondego, onde se inclui a construção da variante à EN341, e ligação à Via Rápida de Taveiro, servindo as freguesias de Pereira e Santo Varão, com possibilidade de ligação ao concelho da Figueira da Foz, com variantes às povoações de Verride e Abrunheira. Este eixo de ligação pela margem esquerda do Mondego, será completado pela criação do Nó da A17, na zona de Abrunheira/Reveles. ----

-----**4. Eixo ferroviário Coimbra** – Figueira da Foz – No que respeita à mobilidade ferroviária, será de salientar a necessidade da criação de um sistema ferroviário sub-urbano, entre Coimbra e Figueira da Foz. Ainda no que respeita à mobilidade ferroviária será importante a expansão do sistema urbano de transportes (Sistema de Mobilidade do Mondego – Metro Ligeiro), assegurando a ligação ao Litoral, servindo para além do concelho de Montemor-o-Velho, os concelhos de Figueira da Foz e Cantanhede.-----

-----**5. Obra Hidroagrícola do Mondego** – O Projecto Hidroagrícola do Baixo Mondego, assume uma importância nacional e regional pelo que é urgente a sua conclusão. Para além do aproveitamento agrícola, esta obra deverá ser vista também numa perspectiva multiusos, valorizando as componentes ambientais, turísticas, desportivas e de navegabilidade. Neste âmbito será de incluir o Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho, e o Leito Padre Estêvão Cabral, vocacionados para dos desportos náuticos e lazer. A Ciclovía do Mondego atravessando todo o vale, assegurará a interligação destas infra-estruturas e, numa perspectiva mais abrangente, permitirá a criação de uma rede regional de ciclovias. -----

-----**6. Investimento de Base Tecnológica e valorização do potencial científico** - A aposta na valorização do potencial científico instalado, tirando partido da capacidade científica instalada e interface com a Universidade de Coimbra e a Universidade de Aveiro, deverá ser uma das apostas com especial destaque para o “cluster” da energia. Será também de valorizar e destacar o papel da área da logística, com desenvolvimento do Centrologis, a partir do Porto da Figueira da Foz, e interligação à Plataforma Logística Coimbra - Mealhada e às áreas logísticas e tecnológicas da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Cantanhede. Neste contexto será de salientar o papel importante do concelho de Montemor-o-Velho, com o desenvolvimento do Parque Logístico e Industrial de Arazede. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

-----7. **Investimento no Turismo Patrimonial, Desportivo e Ambiental** – O Castelo de Montemor-o-Velho, associado às Industrias Criativas, o Centro de Alto Rendimento de Montemor-o-Velho e o Leito Padre Estêvão Cabral, toda a monumentalidade do concelho associada à gastronomia e à ruralidade, são os ingredientes necessários para uma aposta séria no investimento no turismo patrimonial, desportivo e ambiental.” -----

-----Disse ainda que esta questão é algo delicada e ao mesmo tempo essencial para que o município tenha uma atenção muito específica sobre aquilo que pode regulamentar, cingir e potenciar todo um desenvolvimento de médio e longo prazo, no que diz respeito a este território da Região Centro e que claramente nalguns aspectos se mostra completamente autista daquilo que são os interesses manifestados já em local e oportunidade adequados pelo próprio município de Montemor.-----

-----Nessa matéria era do conhecimento do executivo que tem sido claro a posição da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho de terem discutido ao longo do ano de 2010, através da própria Plataforma que estava inerente a este projecto um conjunto de “reivindicações” e ao mesmo tempo de chamadas de atenção, que se numa parte já viram que foram atendidas, em partes essenciais, sobretudo de ordenamento territorial, elas são extremamente nevrálgicas e ao mesmo tempo melindrosas. Falava em nome do município de Montemor, mas claramente que esta situação é tangente a outros municípios. -----

-----No que diz respeito em concreto ao município de Montemor-o-Velho, deixava algumas preocupações fulcrais e das quais devem reclamar e associarem-se àquilo que têm sido as intervenções feitas, não só a nível da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, quer através das reuniões havidas com a Associação Nacional dos Municípios, onde a reestruturação orgânica destas comunidades e destes municípios da região centro têm sido claramente opositoras a um conjunto de circunstâncias que estão mal retratadas, mal representadas e mal enfocadas, em termos do PROT-C.-----

-----Claramente existem três pontos que merecem desde já a total discordância, nomeadamente no que diz respeito à edificabilidade rural. É evidente que têm uma preocupação de não querer dispersar o crescimento em zonas rurais, que têm a preocupação de concentrar e de minorar tudo aquilo que diz respeito a equipamentos e estruturas de edificabilidade rural, mas por outro lado e olhando sobretudo para a zona do Baixo Mondego, onde Montemor é um concelho muito especial e onde existem hoje ainda alicerçados quer em termos de potencial humano, quer em termos do potencial económico, uma base de sustentabilidade rural e agrícola fundamental, que não sejam dadas condições, sobretudo aos agricultores, aos gestores destes aspectos agrícolas, para

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

que possam ter uma resposta de edificabilidade adstrita às suas explorações, e ao mesmo tempo, à sua vivência é inadmissível. -----

-----No que diz respeito a este ponto, a necessidade de garantir o mínimo de 4 ha é perfeitamente "louco" e não pode obter sequer a aprovação e a concordância do município. -----

-----Disse ainda que existe um outro ponto onde existe uma preocupação transversal de que as adaptabilidades decorrentes da eventuais aprovação do PROT-C, seja nas circunstâncias em que o estão a debater, seja noutras que venham a ser corrigidas, terá que ter em atenção aquilo que hoje muitos dos municípios, e no caso concreto, Montemor especificamente está a fazer, que é a revisão do seu PDM e cuja adaptabilidade àquilo que sejam os novos considerandos e premissas que resultem do PROT-C, terão que ter uma adaptabilidade temporária alargada e adequada. Já pondo de lado as vicissitudes financeiras de virem a ter que "desembolsar" mais verbas para a adaptabilidade desses mesmos documentos e a sua adaptação, dado que ainda agora teve de ser feita por mudanças da Lei da Reserva Agrícola e da Reserva Ecológica, é agora, uma vez mais, consubstanciada com a necessidade de intervenção para a adaptabilidade a conceitos e sobretudo a premissas, que do ponto de vista do ordenamento territorial, vão trazer necessariamente readaptações, sejam elas através das equipas internas do próprio município, sejam elas através da própria equipa externa, que no caso concreto, trabalham na Revisão do Plano Director Municipal do Concelho. -----

-----Um outro ponto, claramente antagónico dos interesses do município e que trabalha numa macro escala completamente inaceitável diz respeito aos Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NUT) em que a necessidade de esses territórios ultrapassarem os 50 ha para serem considerados com esses conceitos, são perfeitamente anacrónicos para aquilo eu se pretende num desenvolvimento mais harmonioso e mais claro. Este é um ponto em que estão manifestamente contra. -----

-----Depois, pedir, e aqui o "pedir" é numa forma bastante corrigida de linguagem, que não existam e não continuem a haver fundamentalismos de corredores ecológicos, que muitas vezes pressupõem situações, onde o equilíbrio entre o que é o desenvolvimento social e humanizado, e aquilo que é a pretensa fundamentação radical de determinados pressupostos nunca encontram um diálogo nem uma realidade. -----

-----Mostra alguma preocupação no léxico que está a utilizar, porque claramente não é um anit-ambientalista, não defende circunstâncias, mas por outro lado, não pode estar de acordo com fundamentalismos tão exagerados e que no concelho de Montemor há

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29***

décadas que andam a lutar com alguns deles, e que têm sido, através destes chamados corredores ecológicos, entraves para aquilo que muitas vezes defendendo que é até e muito bem a condição da parte natural, seja ela da árvore, seja ela do animal, muitas vezes a pessoa humana fica deteriorada e ultrapassada.-----

-----Deixa ali ainda alguns considerando que lhe parecem fulcrais, e para os quais o PROT-C também lhe parece que está mal fundamentado. -----

-----Em primeiro lugar, muitas vezes o esquecimento às localidades de baixa densidade e de zona rural, onde o concelho se insere. Neste caso, ninguém põe em causa a defesa de uma imagem, de uma marca e de um pilar que se chama Coimbra. Mas claramente, essa imagem, essa marca terá que ter um conjunto de satélites onde concelhos de baixa densidade como Montemor-o-Velho, em que a dispersão e ao mesmo tempo a circunstância do concelho ser constituído por um conjunto de vilas, cuja projecção equilibra, do ponto de vista quer de ordenamento, quer de densidade populacional, todo este vale e todo este eixo que vai de Coimbra à Figueira da Foz, deveria de ter uma leitura muito mais própria e muito mais circunstancial. -----

-----Dentro dessa matéria, é importante que possam também reconhecer que algumas circunstâncias apresentadas têm sido aceites e estão integradas. Referia-se nomeadamente a consideração da necessidade desta obra hidroagrícola em todas as suas vicissitudes, sejam elas ligadas aos aspectos mais agrícolas e ao mesmo tempo, mais ligadas à parte do reaproveitamento fluvial de todo o rio Mondego e de todos os seus afluentes, ligar depois a um sector económico fundamental, aos aspectos rodoviários que consideram estratégicos e imprescindíveis, nomeadamente da ligação de Coimbra à Figueira da Foz, com a alternativa funcional e operacional às ex EN 341 e 347, com ligação desde a zona de Arzila até Montemor-o-Velho e as ligações a Coimbra e Soure. Questões relacionadas com as saídas do nó da A17, entre a zona limítrofe do concelho de Montemor, com o concelho de Soure e com o concelho da Figueira da Foz. Questões de manutenção e reaproveitamento dos ramais ferroviários, sejam da ligação Coimbra/Figueira da Foz ou Figueira da Foz/ramal de Alfarelos e Figueira da Foz/Pampilhosa (linha da Beira Alta), são imprescindíveis que se mantenham, e já viram que estes se encontram lá incorporados e que são fundamentais. ----

-----Definição dos eixos estratégicos de desenvolvimento e de potencial neste eixo ligado à criatividade, ligado à Clusters da Energia e ainda à criação da sustentabilidade dentro do projecto hidroagrícola do Mondego, daquilo que é o Centro de Alto Rendimento Desportivo dedicado a toda a área náutica, e que hoje já é uma realidade que deve ser afirmada como um potencial claro e exemplar até dos núcleos de desenvolvimento turístico e onde

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29***

claramente esta afectação destas dimensões territoriais são sarcásticas e ao mesmo tempo castradoras desse desenvolvimento. -----

-----Uma ideia bastante clara, do ponto de vista daquilo que é a ligação de vizinhança e para o qual não escamoteiam a necessidade de ver bem elencado os pontos de aeroportuários de acesso a esta região. No caso concreto, da defesa intransigente do incremento do desenvolvimento e da modernização do porto da Figueira da Foz, da fixação de um espaço aeroportuário que para Montemor, Monte Real serve perfeitamente, as questões relacionadas com as plataformas logísticas e de captação de empreendedorismo são hoje fulcrais e essenciais e depois, claramente não podem esquecer as questões, sobretudo lhes parecem de médio/longo prazo imprescindíveis: quando tanto se discutiu e se pôs em causa o Metro Mondego, de facto, por questões que são completamente alheias, mas não será de certeza inoportuno pensar precisamente numa ligação pela margem direita, de Coimbra/Cantanhede/Figueira da Foz, naquilo que é um circuito precisamente ligado a uma opção, onde o fluxo diário e ao mesmo tempo profissional de acesso e de procura diária de automobilismo e de utentes que através dos seus locais de emprego têm que fazer este circuito, é mais do que necessário ser potenciado e ser estudado.-----

-----Por último, reafectar em tudo o que é hoje o espaço rural, uma capacidade de modernização, virada sobretudo a novas áreas agrícolas. Claramente que ninguém põe em causa a historicidade do ponto de vista da produção de arroz e de milho, mas hoje, os sistemas de modernização do mercado, do mercado agrícola, em que a parte hortícola, a parte de estufas de fruta, etc., são necessários, nos dias de hoje, para recuperar aquilo que foi, durante algumas décadas, um emblema grande, sobretudo no que diz respeito à produção leiteira e que hoje, ao ser reestruturado e ao criar numa linha de mercado, soluções alternativas quer de empregabilidade, quer de investimento, terão que ser viradas para circunstâncias agro-alimentares e de produção agrícola diferenciadas e ao mesmo tempo modernizadoras e com capacidade de manter novas gerações afectas a estes projectos. -----

-----Deixava apenas uma situação de compreensão entre dois aspectos: por um lado, congratular com algumas das relevâncias já introduzidas neste PROT por parte de alguma reivindicações consideradas mais adequadas ao município de Montemor, mas ao mesmo tempo ter o equilíbrio de protesto por aquilo que é claramente, do ponto de vista daquilo que vai influenciar os PDM's, ainda muito aquém daquilo que são as exigências e as compreensões do município, e que pode por em causa todo o resto.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

-----Assim, a posição município de Montemor é o de parecer não positivo a este PROT-C, articulando com a necessidade de a partir de hoje e depois das decisões tomadas por este executivo, o transparecer em termos da plataforma para que as intervenções quer da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego, quer da própria Associação Nacional de Municípios, se encaminhe todo este processo para uma resolução, em que a suspensão para já e a melhoria de todo este documento seja um óbice claro para que possam ter uma solução discutível e ao mesmo tempo aprovada de curto e de médio prazo.-----

-----Usou da palavra o Vereador Emílio Torrão dizendo que os Vereadores do Partido Socialista concordam expressamente com o parecer negativo que transparece da posição do Presidente da Câmara. -----

-----É nessa base que vai fazer a intervenção dos Vereadores do Partido Socialista. -----

-----Destacava o trabalho dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, não mediante a documentação que lhes foi fornecida, mas naquilo que transparece das respostas da reunião de 07 de Abril de 2010 e que consta da página 130 das actas da Comissão de Concertação, onde efectivamente se verifica que os Serviços Técnicos fizeram o respectivo trabalho de casa bem feito e que resultou num conjunto de melhorias desta versão final do PROT-C, em concreto, para a questão de Montemor.-----

-----Tinham algumas críticas a fazer, que já foram referenciadas pelo Presidente da Câmara, mas gostariam de acrescentar mais algumas coisas, até porque têm outro tipo de "liberdade" em termos de posicionamento institucional.-----

-----Este PROT-C é manifestamente insuficiente, naquilo que consideram essencial e que já era um trabalho que tinha vindo a ser desenvolvido na ligação entre os concelhos, na sua autonomia e com as suas especificidades próprias. Este é um trabalho que já está a ser desenvolvido pelas Instituições regionais há algum tempo e este PROT-C ignora esse trabalho, até mesmo na perspectiva das novas unidade territoriais das NUT's III, esse trabalho é completamente ignorado, estas ligações próprias, estas especificidades próprias das regiões e dos territórios.-----

-----Em concreto, considera que existe uma clara perda de importância de Coimbra, em detrimento de Aveiro. É evidente que a perda de importância de Coimbra tem a ver também por culpa própria dos protagonistas que hoje assumem a governação de Coimbra e também esta situação já foi referenciada de uma forma indelével pelo Presidente da Câmara, a forma como tratam os concelhos limítrofes naquilo que entendem que Coimbra deve fazer: Coimbra deve-se desenvolver em parceria com os concelhos limítrofes e em

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

total solidariedade com estes e não de costas voltadas, de uma forma ostensiva para com os concelhos limítrofes.-----

-----Têm alguns exemplos desta atitude de Coimbra em relação a Montemor e que são lamentáveis (caso da Ponte do Paço, Pereira). -----

-----Por isso mesmo, esta perda de influência traduz-se neste PROT-C e é grave.-----

-----Por outro lado, nesta afirmação ainda que no papel e muitas vezes consumada no território de Aveiro, não percebem e aqui vão entrando nalgumas questões concretas, entendem que o PROT-C não é suficientemente explícito na forma como trata a orla costeira, como unidade biofísica da Beira Litoral, sobre o porquê da clara diferenciação observada na estratégia de desenvolvimento territorial entre o Baixo Vouga, a Ria de Aveiro, Sistema Lagunar e Pesqueiro e o Baixo Mondego, com claro e manifesto prejuízo para este ultimo sector territorial (Baixo Mondego), uma vez que as características e riquezas endógenas nas duas regiões territoriais são muito equivalentes e, no caso do Baixo Mondego, apresenta um inquestionável potencial para o desenvolvimento da Região Centro. -----

-----Este tratamento diferenciado tem que ser denunciado. -----

-----Por outro lado, existem questões estratégicas que foram desenvolvidas no plano territorial de desenvolvimento do Baixo Mondego, associados ao incremento dos investimentos de base tecnológica, inovação e desenvolvimento dos produtos turísticos específicos, a exploração sustentável dos recursos provenientes da agricultura e das pescas e a clarificação e reconhecimento do papel da estrutura urbana do Baixo Mondego e de Coimbra na região não se encontram, mais uma vez, suficientemente desenvolvidas no PROT-C. -----

-----Os Vereadores do partido Socialista lamentam de igual forma que haja uma inexistência muito flagrante de qualquer referência ao Centro de Alto Rendimento (CAR) e ao seu posicionamento estratégico no desenvolvimento daquilo que consideram um potencial turismo desportivo. Também a pouca importância dada ao Castelo e àquilo que está ligado o Castelo de Montemor-o-Velho, as Indústrias Criativas, que também já foram referidas pelo Presidente da Câmara e por isso consideram que este PROT-C, em termos de desenvolvimento estratégico do turismo é muito insuficiente, é manifestamente insuficiente e portanto também entendem que aqui têm que aprofundar aquilo que já existe em estudos, nomeadamente do PENT (Plano Estratégico Nacional do Turismo). Estes estudos feitos têm estratégias bem definidas e assumidas pelos parceiros que deviam estar plasmadas no PROT-C. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29***

-----Também estão solidários e compreendem a posição do Presidente da Câmara em relação à questão das vias de acesso à margem esquerda. Diziam mais: não faz grande sentido que se equacione uma estruturação urbana entre Coimbra e Condeixa e que se deixe de fora a necessidade de estruturação do eixo Coimbra/Pereira/Santo Varão, que deve ser potenciado. Se atentarem bem no enquadramento técnico, nos estudos e na fundamentação do PROT-C, verificam que, por exemplo, a região de Montemor tem um fluxo de pessoas que trabalham em Coimbra e na Figueira elevadíssimo, o que não se verifica na cidade de Coimbra e Figueira da Foz. O movimento de pessoas residentes no concelho de Montemor e também de Soure para Coimbra e Figueira da Foz é um dado inquestionável.-----

-----Portanto, não se percebe como é que não são tratadas estas vias de comunicação.-----
-----Concordam também com a questão da conclusão do empreendimento hidroagrícola do Baixo Mondego, na perspectiva que é dada pela Câmara Municipal de Montemor de multiusos.-----

-----Chamou-lhe a atenção uma reivindicação da Câmara de Montemor-o-Velho na questão do Rio Mondego navegável. Associa esta situação a outra reivindicação da Câmara Municipal de Montemor que é a questão do alargamento do metro ligeiro de superfície de Coimbra à Figueira da Foz, passando por Cantanhede.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista não gostaram particularmente das respostas que constam da tal acta da Comissão de Concertação, porque o Partido Socialista entende que é tão irrealizável, é tão irrealista a exploração dessas duas vertentes de acessibilidade ou de comunicação como a ligação entre Aveiro e Salamanca por TGV. É uma situação de que ninguém fala, mas que está prevista no PROT-C como obra previsível. A ligação do TGV entre Aveiro e Salamanca é tão importante como estas duas ligações defendidas pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, na medida em que a importância e o incremento no desenvolvimento regional desta NUT e deste concreto território é semelhante e por isso, não tinha problema nenhum em dizer o que disse anteriormente deste PROT-C.-----

-----É evidente que, e esclarece que não tinha nada contra a ligação do TGV entre Aveiro e Salamanca, mas do ponto de vista do realismo, daquilo que se pretende incrementar no território, considera que esta posição fundamentalista e redutora do Baixo Mondego que foi aqui expressada e que também trespassa por todo o documento do PROT-C, deve ser denunciada.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

-----As pessoas devem acordar para a realidade e as realidades são aquelas que muitas das vezes os municípios que vivem e vivenciam os problemas concretos e em do território reclamam. -----

-----Uma posição defendida pelo Partido Socialista diz respeito à criação dos PIR (Projectos de Interesse Regional), semelhante ao conceito PIN nacional, porque é necessário haver uma visão estratégica para a região e só através dos PIR's, através deste tipo de "tratamento Preferencial" de determinados projectos estratégicos, seja por uma questão de celeridade, de periodização de alguns investimentos regionais, quer pela importância que podem ter para o desenvolvimento da região. -----

-----Subscreve a posição do Presidente da Câmara no que se refere ao acompanhamento da defesa de outros interesses, nomeadamente da questão do Porto da Figueira da Foz. A subalternização que é dada ao Porto da Figueira da Foz é gritante, em comparação com aquilo que é previsto para o Porto de Aveiro. -----

-----É evidente que ninguém quer contestar a importância do Porto de Aveiro, mas a subalternização e a diminuição da importância que é dada ao Porto da Figueira da Foz é gritante. -----

-----Este PROT-C devia tratar a região de Coimbra, a região do Baixo Mondego como esta região merece e que não está a ser tratada, em face de algumas estratégias menos claras de afirmação de outras região, que só vão contribuir para o efeito "tenaz" que as regiões do Porto e de Lisboa estão a exercer sobre a região Centro. O PROT-C está a favorecer de forma clara e inequívoca determinadas regiões, através desta ambiguidade de tratamento das questões que aqui foram denunciadas. -----

-----Retomou a palavra o Presidente da Câmara dizendo que através da Associação Nacional de Municípios tudo tende a vir a ter uma adaptabilidade e um tratamento muito próximo daquilo que foi feito com a região norte, e portanto, poderão estar salvaguardados para poderem ainda estabelecer a tempo alguns diálogos e algumas concordâncias para dar solução a esta matéria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manifestar parecer negativo relativamente ao processo do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROT – Centro). -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas treze horas e quarenta minutos, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, da qual para constar se elaborou a presente

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião extraordinária de 2010 de Novembro 29

acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento, que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO,

Filomena Maria Colaço Martins, Dr.ª